

A DES(CONEXÃO) DA FORMAÇÃO CONTINUADA NA PRÁTICA DO ENSINO DE TEATRO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE JOÃO PESSOA

Claudete Gomes dos Santos¹

RESUMO

O presente artigo discorre sobre o desenvolvimento das formações continuadas ofertadas pelas redes públicas de ensino, em especial a do Município de João Pessoa, buscando refletir sobre de que forma as exigências atuais inerentes ao século XXI, e de amplo acesso às informações efêmeras, estão inseridas nas capacitações. Assim, através deste estudo de campo, confirmou-se a hipótese de que há uma discrepância entre a função do aperfeiçoamento profissional ofertado às escolas municipais da capital paraibana e o que estabelece as instâncias normativas educacionais. Desta forma, pode-se perceber uma desconexão da formação continuada com a realidade e necessidades dos(as) profissionais da educação da rede municipal de ensino de João Pessoa.

Palavras-chave: Formação Continuada, Teatro, Instâncias Normativas, Competências para o Século XXI.

INTRODUÇÃO

É indiscutível que vivemos num mundo acelerado, com o qual “nos relacionamos, quase que obrigatoriamente, de forma virtual”. Um mundo onde várias coisas acontecem concomitantemente, onde pode-se saber de tudo, pois “têm-se acesso a tudo e informação para tudo”, basta ter a tecnologia adequada. Nesse contexto, formular uma teoria educacional sem reconhecer a complexidade do hoje, da vida contemporânea, sem estar entrelaçada com a realidade de seu tempo, é inconcebível. “Educação, em resumo, precisa se relacionar com a cultura do presente. Do contrário, transforma-se em prática de adestramento” (BONDÍA, 2005).

Porém, mesmo com todo aparato tecnológico e uma enorme quantidade de dados estando à disposição – em teoria – de todas as pessoas: seja por meio dos veículos de comunicação de massa, seja pelas redes sociais, pelas diversas mídias existentes e principalmente pela Internet, que traz toda “facilidade à informação”; será que esta consegue consolidar-se e ser sinônimo de fonte geradora de conhecimento para a atualização profissional dos docentes efetivos em Artes Cênicas e/ou Teatro que lecionam nas escolas da Rede Pública Municipal de João Pessoa,

¹ Mestra em Artes – PROFARTES/UFPB; Especialista em Fundamentos da Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares/UEPB; Arte-Educadora do Governo do Estado da Paraíba (atuando como Assessora Pedagógica da Metodologia SER EJA Cidadã, implantado pela Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba); e Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB, claudethgsantos@gmail.com;

visando a oferta do desenvolvimento, qualitativo, do ensino de Teatro? Foi com esta indagação, ante as urgentes e emergentes obrigações impostas pelo mundo globalizado e pela realidade – dificuldades e necessidades – encontrada nas escolas da Rede Pública Municipal da capital paraibana, que busquei verificar de que forma eles mantinham-se atualizados e até que ponto a formação continuada (FC), ofertada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de João Pessoa – SEDEC, oferece subsídio e suporte para o desenvolvimento da área para a qual prestaram concurso: Artes Cênicas e/ou Teatro.

PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Antes de iniciar a apresentação dos percursos metodológicos adotados, cabe ressaltar que, mesmo valendo-me de um levantamento, prioritariamente, quantitativo, o qual favoreceu a tabulação, sistematização e tratamento estatístico dos dados coletados, a pesquisa também consiste em uma análise qualitativa das condições impostas para o desenvolvimento do ensino de Teatro nas escolas da Rede Pública Municipal de João Pessoa.

Segundo Goldenberg (2004, p. 62, grifo nosso):

A maior parte dos pesquisadores em ciências sociais admite, atualmente, que **não há uma única técnica, um único meio válido de coletar os dados em todas as pesquisas. Acreditam que há uma interdependência entre os aspectos quantificáveis e a vivência da realidade objetiva no cotidiano. [...] É o processo da pesquisa que qualifica as técnicas e os procedimentos necessários para as respostas que se quer alcançar.** Cada pesquisador deve estabelecer os procedimentos de coleta de dados que sejam mais adequados para o seu objeto particular. O importante é ser criativo e flexível para explorar todos os possíveis caminhos [...]

Portanto, ressalvo que a investigação proposta **foi além de um levantamento** a partir do momento em que busquei o aprofundamento analítico das questões que embasam a argumentação apresentada pelos docentes, ao porquê ou porquês do ensino de Teatro ser desenvolvido da forma que eles o expõem em seus discursos. Assim, afirmo que a pesquisa se configura em um estudo de campo, pois, segundo Gil (2002, p 52-53):

O estudo de campo apresenta muitas semelhanças com o levantamento. Distingue-se, porém, em diversos aspectos. De modo geral, pode-se dizer que o levantamento tem maior alcance e o estudo de campo, maior profundidade. Em termos práticos, podem ser feitas duas distinções essenciais. Primeiramente, o levantamento procura ser representativo de universo definido e oferecer resultados caracterizados pela precisão estatística. Já o estudo de campo procura muito mais o aprofundamento das questões

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis.

A pesquisa sugerida procurou identificar os fatores reais que corroboraram com a forma de oferta do ensino de Teatro. Assim, destaco que a investigação das condições para o desenvolvimento da subárea artística em questão, ministrado pelos docentes supracitados, ainda consta como sendo uma temática pouco explorada, configurando, então, esta pesquisa, como explicativa:

Essas pesquisas [explicativas] têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Por isso mesmo, é o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente. (GIL, 2002, p. 43)

Outrossim, faz-se necessário frisar que, como instrumento para coleta de dados, junto aos docentes efetivos em Artes Cênicas e/ou Teatro, que trabalhavam unicamente em sala de aula regular, utilizei a aplicação de entrevistas semiestruturadas. Ainda segundo Gil (2002, p. 117):

[...] entre todas as técnicas de interrogação, a entrevista é a que apresenta maior flexibilidade. Tanto é que pode assumir as mais diversas formas. Pode caracterizar-se como informal, quando se distingue da simples conversação apenas por ter como objetivo básico a coleta de dados. Pode ser focalizada quando, embora livre, enfoca tema bem específico, cabendo ao entrevistador esforçar-se para que o entrevistado retorne ao assunto após alguma digressão. Pode ser parcialmente estruturada, quando é guiada por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso [...].

Portanto, a realização do estudo de campo proposto demandou uma análise criteriosa e detalhada. Para tanto, durante todo o andamento da pesquisa foram realizados estudos, através de pesquisa bibliográfica, seguidos de leituras e discussões de temas que se mostraram pertinentes para o desenvolvimento do trabalho.

Inicialmente, foram realizadas leituras e discussões a respeito de procedimentos de pesquisas, com especial destaque para textos de Goldenberg (2004) e Gil (2002). Concomitantemente, foi imprescindível a dedicação à leitura, discussão e reflexão acerca das instâncias normativas educacionais – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e Resoluções – e artigos correlatos.

Todavia, para iniciar a coleta de dados, empreendi um levantamento prévio, junto à SEDEC, com a finalidade de listar os docentes efetivos em Artes Cênicas e/ou Teatro,

responsáveis por turmas de EF II e suas respectivas escolas de lotação, para que os sujeitos, público alvo da pesquisa, fossem delineados e, assim, esses tornassem-se alvos da coleta de dados. A princípio, pretendia tomar como informantes somente os docentes responsáveis por turmas dos 6º aos 9º anos – EF II –, como supracitado, e que lecionassem exclusivamente Teatro. Entretanto, conforme foram surgindo entraves para o andamento da coleta de dados, esta foi redirecionada para todos os efetivos em Artes Cênicas e/ou Teatro que tivessem prestado o concurso para provimento de vagas em cargos da carreira dos profissionais em educação, abertos nos anos de 2007 – professor de educação básica 2: Artes Cênicas – e de 2013 – professor de educação básica 2: Teatro, publicados até junho do ano de 2015 no Semanário Oficial do Município de João Pessoa e que estavam atuando em sala de aula regular das escolas da Rede Pública Municipal de João Pessoa.

Essa reestruturação possibilitou a localização de todos os docentes efetivos em Artes Cênicas e/ou Teatro que estavam atuando em sala de aula regular do EF, permitindo, portanto, a realização de um levantamento completo da real situação e condições para o desenvolvimento do ensino de Teatro, ministrado por esses, nas escolas municipais da capital paraibana.

Como exposto anteriormente, o instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista semiestruturada. Porém, para que pudesse ser aplicada, foi necessária a elaboração das questões que a direcionou, enquanto instrumento eficaz para o levantamento das informações a serem analisadas, e a colaboração e disponibilidade dos docentes que se encaixavam no perfil dos sujeitos, público alvo da pesquisa. Entretanto, antes que as entrevistas fossem levadas a campo, empreendi, no final de maio e início de junho do ano de 2015, uma aplicação piloto, com 10 docentes da Educação Infantil, para que pudesse ser avaliada, preliminarmente, sua adequação e validade enquanto ferramenta eficaz de coleta para esta investigação.

Assim, ao final da aplicação piloto, foi possível ajustar as questões da entrevista, na busca de informações específicas que subsidiassem a análise das condições para o desenvolvimento de ensino de Teatro nas escolas da Rede Pública Municipal de João Pessoa. Em decorrência aos ajustes, optei por elaborar duas categorias de entrevistas²: 1- Entrevista Semiestruturada 1, com 16 questões, destinada aos docentes que prestaram o concurso aberto no ano de 2007; e 2- Entrevista Semiestruturada 2, com 14 questões, destinada aos docentes que prestaram o

² Esta subdivisão se justifica devido os docentes efetivos em Teatro, os quais prestaram o concurso aberto no ano de 2013, terem sido convocados a assumirem seus cargos no início do ano de 2015 – ano em que se realizou a coleta de dados (entre os meses de julho e agosto) deste estudo de campo e que, portanto, em teoria, os docentes ainda não haveriam participado da FC ofertada pela SEDEC.

concurso aberto no ano de 2013 – ver Entrevistas Semiestruturadas 1 e 2 em Apêndices B e C. Deste modo, a coleta de dados ocorreu durante os meses de julho e agosto do ano de 2015.

Porém, após a transcrição, tabulação e sistematização dos dados coletados – o que ocorreu a partir do mês de setembro do ano de 2015 –, senti a necessidade de levantar algumas informações complementares acerca dos docentes efetivos em Teatro. Para isto, elaborei uma terceira entrevista³: 3- Entrevista Semiestruturada 2, 2ª Etapa, com 4 questões, destinadas aos docentes que prestaram o concurso aberto no ano de 2013 – ver Entrevista Semiestruturada 2 (2ª Etapa) em Apêndice D. Tais questões foram aplicadas em março do ano vigente e os dados foram tabulados logo em seguida.

Cabe destacar que a aplicação das Entrevistas Semiestruturadas 1 e 2 (1ª Etapa) ocorreu de forma presencial em quase sua totalidade, havendo apenas uma que foi realizada via *chat*, devido a disponibilidade desse docente ser em dias e horários em que também leciono⁴ – o que não permitiu o contato presencial. Assim, optei por anotar, por escrito, as respostas dos colegas às questões indagadas. Já para a aplicação da 2ª etapa da Entrevista Semiestruturada 2, todas elas foram realizadas por meio da utilização de redes sociais (*WhatsApp* e *chat* do *Facebook*), devido à mudança no regime de trabalho em que leciono⁵.

Ressalto que foi feita a opção pela entrevista semiestruturada com questões abertas, para, em caso de algo mais significativo ou que necessitasse de maior esclarecimento, poder elaborar mais perguntas acerca do que estava sendo abordado. No entanto, mantive na transcrição a formatação inicial das entrevistas para facilitar possíveis comparações, categorizações e, sempre respeitando as informações dos docentes, reorganizei suas declarações – como, por exemplo, nos casos em que, ao responder a questão de nº 7 das Entrevistas Semiestruturadas 1 e 2 (1ª Etapa), o docente também respondeu a questão de nº 8. Destaco ainda que não havia a pretensão de uma análise linguística dos dados, de modo que a transcrição privilegiou o conteúdo das falas dos educadores. Assim, optei por respeitar a formulação dos entrevistados, as suas construções de frases etc., em transcrições na ortografia padrão. E, em caso de palavras subentendidas, preferi explicitá-las nas transcrições, acrescentando-as entre colchetes.

³ Cabe ressaltar que as informações complementares a que se destina essa entrevista são especificamente acerca da FC ofertada pela SEDEC, devido os docentes efetivos em Teatro, durante a execução da 1ª etapa da coleta de dados, ainda não terem participado da formação porque assumiram seus cargos no início do mesmo ano.

⁴ O não afastamento de nossas funções é condicionante para a seleção e a permanência no PROFARTES.

⁵ No ano de 2016, após seleção interna realizada pela Secretaria de Estado da Educação da Paraíba, passei a lecionar na Escola Cidadã Integral Técnica de João Pessoa Pastor João Pereira Gomes Filho, a qual possui um sistema de funcionamento integral e infraestrutura diferenciada das demais escolas estaduais – para maiores informações, ver <http://paraiba.pb.gov.br/educacao/>.

Ao longo do artigo, utilizei negrito, aspas ou itálico para destacar tópicos e subtópicos do texto e as informações consideradas mais relevantes, passíveis de serem discutidas e analisadas. Entretanto, ressalto que, para não haver nenhum tipo de constrangimento ou até mesmo represália aos que participaram como sujeitos deste estudo de campo, e também por questões éticas, utilizei o critério de identificação impessoal tanto para as escolas quanto para os docentes entrevistados, de modo que estes receberam números sequenciais conforme a ordem de execução das entrevistas para que a transcrição e tabulação dos dados pudessem ser realizadas posteriormente.

Após a transcrição e tabulação dos dados coletados, frente às leituras, estudos e discussões desenvolvidos ao longo de toda a pesquisa, e que foram sendo apontados como pertinentes, busquei realizar uma análise qualitativa do material para a elaboração desta dissertação. Contudo, cabe sublinhar que, tenho consciência de que, assim como aponta Goldenberg (2004, p. 59), somente uma parte bem reduzida da totalidade existente estará representada nos dados coletados e, como esses podem gerar conhecimentos provisórios de uma realidade circunstanciada pelos contextos inerentes, empreendi uma busca por um conjunto de referenciais teóricos, o qual julguei mais apropriado para dialogar e embasar as análises levantadas acerca desta investigação, assim, estando ciente de que “quanto mais bem-formado e informado for o pesquisador, maior a riqueza de suas análises” (GOLDENBERG, 2004, p. 93).

Enfatizo que, a princípio, não se pretendia realizar uma coleta de dados exaustiva, pois, como supracitado, somente os docentes efetivos que lecionassem Teatro, no EF II, serviriam como sujeitos, portanto, seriam público alvo das entrevistas. Entretanto, devido a alguns entraves e dificuldades ocorridos durante o processo de desenvolvimento deste estudo de campo – os quais serão apresentados abaixo –, todos os docentes efetivos de Artes Cênicas e/ou Teatro que estavam exercendo regularmente suas funções, ou seja, estavam em sala de aula regular, serviram como informantes a esta investigação. Essa reestruturação demandou, à coleta de dados, mais tempo do que se pretendia, porém, possibilitou um levantamento em forma de censo das condições para o desenvolvimento da subárea da Arte em questão.

Segundo Gil (2002, p. 51), “quando o levantamento recolhe informações de todos os integrantes do universo pesquisado, tem-se um censo. [...] São extremamente úteis, pois proporcionam informação gerais acerca das populações, que são indispensáveis em boa parte das investigações sociais” – no caso deste estudo de campo, educacional. Contudo, faz-se necessário ressaltar que não pretendo, mesmo assim, esgotar as questões relativas ao ensino de Teatro ofertado pelas escolas da Rede Pública Municipal de João Pessoa.

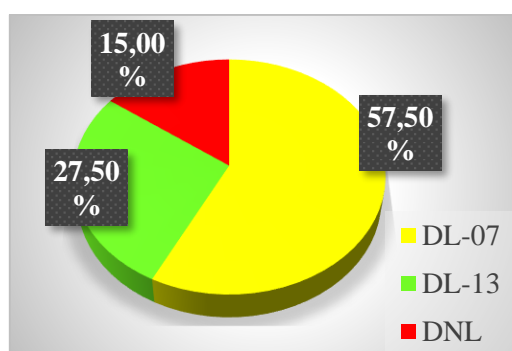
A DES(CONEXÃO) DA FORMAÇÃO CONTINUADA: REALIDADE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE JOÃO PESSOA

Ao expor, de forma analítica, os dados coletados, os quais trazem elementos concretos das vivências dos docentes entrevistados, pude verificar de que forma eles mantinham-se atualizados e até que ponto a FC, ofertada pela SEDEC, oferecia subsídio e suporte para o desenvolvimento da área para a qual prestaram concurso: Artes Cênicas e/ou Teatro.

Nessa busca, pude ilustrar que dos 40 docentes entrevistados, 34 declararam que estavam lendo algo na sua área de formação ou atuação. Sendo que desses, 1 afirmou:

“Sempre estou [lendo]! Leio, mas poucas coisas do universo educacional.” (informação verbal de um dos docentes, nº 36, ao ser indagado sobre estar lendo algo na área de formação ou atuação)

Gráfico 1 - Comparativo Porcentual de Docentes Efetivos em Artes Cênicas e/ou Teatro X Leitura na Área de Formação ou Atuação

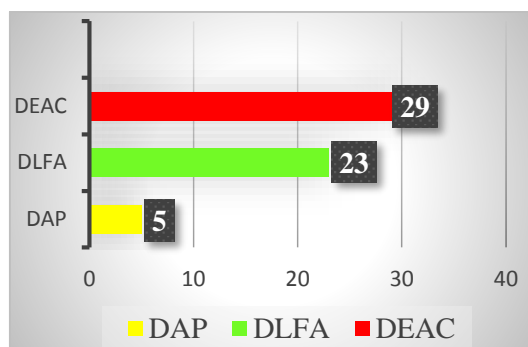


Fonte: Elaborado pela autora.

Legenda: DL-07 – Docentes que prestaram concurso aberto no ano de 2007 e que informaram estar Lendo algo na área de formação ou atuação; DL-13 – Docentes que prestaram concurso aberto no ano de 2013 e que informaram estar Lendo algo na área de formação ou atuação; DNL – Docentes que informaram que Não estavam Lendo algo na área de formação ou atuação.

Ressalto que, nesse quantitativo de 34 docentes que afirmaram que estavam lendo algum livro ou outra fonte de leitura na sua área de formação ou atuação, estão incluídos 100% dos efetivos em Teatro, os quais prestaram o concurso aberto no ano de 2013. Contudo, percebo, ante os dados apresentados acima, que, mesmo poucos (17,74%) efetivos em Artes Cênicas, os quais prestaram o concurso aberto no ano de 2007, terem informado **adotar livros ou outra fonte** enquanto recurso didático para planejar suas aulas, 79,31% desses, declararam estar **lendo algo na área de formação ou atuação**.

Gráfico 2 - Comparativo dos Docentes Efetivos em Artes Cênicas X Adoção de Livro para Planejar e Leitura na Área de Formação ou Atuação



Legenda: DAP – total de Docentes que informaram Adotar livro para Planejar aula; DLFA – total de Docentes que informaram que estavam Lendo algo na área de Formação ou Atuação; DEAC – total de Docentes Efetivos em Artes Cênicas entrevistados.

Fonte: Elaborado pela autora.

A tabela abaixo elenca, em porcentagem, os autores ou as fontes de leitura indicadas, livremente, pelos 85% dos efetivos em Artes Cênicas e/ou Teatro entrevistados:

Tabela 1 – Demonstrativo Porcentual dos Autores ou Fontes de Leitura na Área de Formação ou Atuação

ORDEM	AUTORES OU FONTES	PORCENTAGEM
1	Denis Guénoun	23,53%
2	Flávio Desgranges	23,53%
3	John Dewey	23,53%
4	Viola Spolin	17,65%
5	Augusto Boal	11,76%
6	Pesquisa na Internet (autores não identificados)	8,82%
7	Carlos Cartaxo	5,88%
8	Graça Proença (<i>História da Arte</i>)	5,88%
9	Olga Reverbel	5,88%
10	Ricardo Japiassu	5,88%
11	Rudolf Laban	5,88%
12	Ana Mae Barbosa	2,94%
13	Bertold Brecht	2,94%
14	Edgar Morin (<i>A Cabeça Bem Feita</i>)	2,94%
15	Fátima Freire Dowbor (<i>Quem Educa Marca o Corpo do Outro</i>)	2,94%
16	Jerzy Grotowski	2,94%
17	John Gassner	2,94%
18	Paulo Freire	2,94%
19	Patrice Pavis	2,94%
20	Os indicados pela Prefeitura Municipal de João Pessoa (autores não identificados)	2,94%
21	Outros ⁶	50,00%

Fonte: Elaborada pela autora.

Ressalto, assim como supracitado, que 11 (27,5%) entre os 40 docentes entrevistados, informaram que estavam se preparando para prestar seleção ao exame nacional de acesso ao PROFARTES, aberto no ano de 2015, sendo desses 8 docentes efetivos em Artes Cênicas e 3 efetivos em Teatro – dos 11 que prestaram seleção, 5 obtiveram êxito.

⁶ Refere-se aos autores, livros ou pesquisas e leituras não especificadas, como por exemplo, acerca da formação dos contadores de história.

Destaco, não só o percentual (85%), mas a diversidade de autores consagrados, no tocante ao reconhecimento do desenvolvimento de teses, estudos, pesquisas e publicações acerca do teatro, assim como do ensino da Arte e da educação de forma geral, apontados como sendo as fontes de leitura voltadas para área de formação ou atuação dos sujeitos entrevistados. Todavia, é necessário que esses educadores se apropriem dos diversos conhecimentos gerados através dessas leituras, fundindo-os com seus próprios saberes. Segundo Libâneo (2006, p. 106, grifos nossos):

[...] é necessário que o professor domine profundamente o conteúdo da matéria. Não é suficiente saber o que diz o livro didático. É conveniente ter outros livros à mão [...]; estar atualizado com o noticiário; conhecer as características da vida das crianças (onde moram, o que os pais fazem, o que as crianças fazem etc.). **Além disso, é necessário o domínio de métodos e técnicas didáticas e é ter útil um livro que trate disso.** Em muitos casos, o professor terá algumas dificuldades em atender a estes requisitos, **mas uma coisa é certa: se ele mesmo não desenvolver um pensamento independente e autônomo, o gosto pelo estudo e a capacitação profissional, não conseguirá uma aprendizagem satisfatória dos seus alunos.**

Ainda segundo Libâneo (2006, p. 56, grifo nosso):

□ A eficácia do trabalho docente depende da filosofia de vida do professor, de suas convicções políticas, do seu preparo profissional, do salário que recebe, da sua personalidade, das características da sua vida familiar, da sua satisfação profissional em trabalhar com crianças etc. Tudo isto, **não é uma questão de traços individuais do professor, pois o que acontece com ele tem a ver com as relações sociais que acontecem na sociedade.**

Assim, intuo que é importante reconhecer o fato de vivermos num universo de informações, efêmeras, que são veiculadas pelas mídias como verdades e necessidades absolutas, intrínsecas à sobrevivência nesse “novo mundo: moderno, plugado, acelerado”; mas que, no entanto, são substituídas com a mesma velocidade com que são apresentadas. Contudo, são essas informações que chegam – da forma mais ampla que se possa compreender esse chegar – até os nossos educandos. Implica-se, portanto, perceber a necessidade de investir em um processo de atualização constante para que se possa oferecer um ensino que vise capacitar os educandos de forma integral, consciente, sustentável, ou seja, um ensino que propicie conhecimentos que ofereçam condições de sobrevivência frente às novas exigências da sociedade em que vivemos. Desta forma, exige-se que o docente se mantenha atualizado em sua prática pedagógica, a fim de que os objetivos traçados, não só, mas também, ao desenvolvimento do

ensino de Teatro, possam ser alcançados de forma eficaz ao contexto educacional em que a comunidade escolar se insere, buscando formar não apenas espectadores passivos, mas indivíduos críticos prontos para atuarem e transformarem o meio social no qual estão incluídos.

Hoje, o acesso às informações acerca de quase todo assunto – se não todo – é facilitado com o avanço das tecnologias. Entretanto, pressupor que todas as pessoas utilizam e, indo mais fundo, que sabem utilizar ou têm acesso às novas tecnologias é generalizar imprudentemente tal afirmação. Além disso, Bondía (2002, p. 21) coloca que a informação toma lugar da experiência, e sendo esta que nos propicia conhecimento, pois “é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”, significa dizer que, portanto, informação não é conhecimento. Tal concepção é o ponto de partida para uma das inquietações deste estudo de campo: como se configura a FC dos docentes efetivos em Artes Cênicas e/ou Teatro das escolas da Rede Pública Municipal de João Pessoa, ofertada pela SEDEC?

Investimento patrocinado (formação continuada)

Cabe sublinhar que a legislação vigente, especificamente a atual LDB, em seu Art. 62, Parágrafo 1º, estabelece que “a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério” (BRASIL, 1996, p. 21). Para tanto, em seu Art. 62-A, Parágrafo Único, garante que a FC seja realizada “no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação” (BRASIL, 1996, p. 22) – o que amplia o alcance da FC, incluindo os cursos em nível de mestrado e doutorado.

Outrossim, a Resolução CNE/CP nº 2/2015 (BRASIL, 2015, p. 2, grifo nosso) considera, entre outras questões, “a importância do profissional do magistério e de sua **valorização profissional, assegurada pela garantia de formação inicial e continuada**, plano de carreira, salário e condições dignas de trabalho” para instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica. Assim, em convergência com o Parágrafo 1º do Art. 62 da LDB, estabelece que:

[...] as instituições formadoras em articulação com os sistemas de ensino, em regime de colaboração, deverão promover, de maneira articulada, **a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para viabilizar o atendimento às suas especificidades nas diferentes etapas e modalidades**

de educação básica, observando as normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). (BRASIL, 2015, p. 3, grifo nosso)

Ressalto que, também, está estabelecido no Art. 63, Inciso III da supracitada Lei, que “os institutos superiores de educação manterão programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis” (BRASIL, 1996, p. 22). Assim como, em seu Art. 67, especifica que a valorização dos profissionais da área de educação será promovida pelos sistemas de ensino, assegurando-lhes:

[...]

II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III – piso salarial profissional;

IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho; (BRASIL, 1996, p. 22)

Destaco, ainda, que, o Inciso III do Parágrafo 3º, contido no Art. 87 da mesma Lei, que trata das disposições transitórias, assegura que “**o Distrito Federal, cada Estado e Município e, supletivamente, a União, devem realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício utilizando também, para isto, os recursos de educação à distância**” (BRASIL, 1996, p. 27, grifo nosso). Não obstante, o Parágrafo 3º do Art. 3º, da Resolução CNE/CP nº 2/2015, estabelece que:

A formação docente inicial e continuada para a educação básica constitui processo dinâmico e complexo, direcionado à melhoria permanente da qualidade social da educação e à valorização profissional, devendo ser **assumida em regime de colaboração pelos entes federados nos respectivos sistemas de ensino** e desenvolvida pelas instituições de educação credenciadas. (BRASIL, 2015, p. 4, grifo nosso)

Portanto, está mais do que comprovado que a FC não é um favor, mas sim um direito garantido pelas instâncias normativas educacionais aos profissionais da educação que estejam exercendo suas funções, atingindo, assim, os docentes efetivos em Artes Cênicas e/ou Teatro, sujeitos deste estudo de campo.

Desta forma, ao que tange a FC ofertada pela SEDEC, cabe lembrar que, como supracitado, para a coleta de dados deste estudo de campo optei por elaborar duas categorias de entrevistas: 1- Entrevista Semiestruturada 1, com 16 questões, destinada aos docentes que prestaram o concurso aberto no ano de 2007; e 2- Entrevista Semiestruturada 2 (em duas etapas), 1ª Etapa, com 14 questões, e 2ª Etapa, com 4 questões, destinadas aos docentes que

prestaram o concurso aberto no ano de 2013 – ver Entrevistas Semiestruturadas 1 e 2 (1ª e 2ª etapas) em Apêndices B, C e D.

Assim, no tocante às informações apresentadas pelos docentes efetivos em Artes Cênicas, os quais prestaram o concurso aberto no ano de 2007, pude constatar que dos 29 educadores entrevistados, 23 (79,31%) declararam participar da FC, no entanto, 1 desses, nos dois últimos anos à entrevista, frequentou a formação destinada aos gestores escolares; os 6 (20,69%) professores restantes, em um ou dois anos anteriores à coleta de dados, encontravam-se dispensados da FC por cursarem pós-graduação ou algum curso ofertado⁷, também, pela SEDEC.

Portanto, dos 22 docentes efetivos em Artes Cênicas que cursaram a FC voltada para tais: 14 (63,64%) informaram que a FC ofertada pela SEDEC **não é pautada na área para qual eles realizaram concurso**, mas sim que é ministrada de forma genérica, superficial, repetitiva e polivalente, englobando as demais subáreas do ensino da arte. Porém, 19 (86,36%) declararam que, também, ela **não se pauta nas necessidades cotidianas da escola, mas em teorias distantes da realidade da sala de aula**. Desta forma, intuo que, 5 dos 6 docentes que informaram que a FC era voltada para a área a qual prestaram concurso no ano de 2007 (Artes Cênicas), também afirmaram que ela não atende às necessidades cotidianas da unidade escolar e/ou sala de aula em que estão inseridos. E isso pode ser evidenciado na fala de alguns:

“Sim [a FC é pautada na área do concurso]. Mas não acho que ela me ajude a dar Teatro em sala [de aula].” (informação verbal de um dos docentes, nº 03, ao ser indagado sobre a Formação Continuada)

“É de Artes Cênicas, mas não contribui como orientação de recurso para escola. Não atende às necessidades da disciplina na escola.” (informação verbal de um dos docentes, nº 06, ao ser indagado sobre a Formação Continuada)

“Foca em Teatro. Mas não para sala de aula. Não para atividade específica com as crianças! [São] Mais atividade prática para o professor enquanto ator.” (informação verbal de um dos docentes, nº 16, ao ser indagado sobre a Formação Continuada)

“[A FC] Não funciona! Continua desfocada da realidade, apesar de ter sido separada por área.” (informação verbal de um dos docentes, nº 22, ao ser indagado sobre a Formação Continuada)

⁷ Um exemplo de curso ofertado pela própria SEDEC, e que conta também como formação continuada, são os destinados à inclusão digital, em parceria com o Governo Federal.

Todavia, há docentes que declararam tirar proveito, de alguma forma, do que é proporcionado pela FC – o que fica evidente nas falas referentes ao momento de encontro e integração entre os educadores:

“O nome deveria ser: encontro onde os professores conversam sobre as experiências!”
(informação verbal de um dos docentes, nº 13, ao ser indagado sobre a Formação Continuada)

“Há uma generalização, mas dá para adaptar a experiência do colega. Não há nada de novo, mas o que é bom é a troca de experiência!” (informação verbal de um dos docentes, nº 25, ao ser indagado sobre a Formação Continuada)

Segundo Desgranges (2003, p. 70) “a integração entre professores de diferentes escolas, que enfrentam desafios semelhantes com seus alunos, possibilita um rico intercâmbio de experiências e informações”. Porém, não se pode esquecer que, nesse caso específico, a FC deve ser voltada para realidade cotidiana das escolas. E, isso, segundo a grande maioria (quase 90%) dos 22 docentes efetivos em Artes Cênicas que informaram frequentar a FC destina à sua área, não ocorre.

Todavia, há 1 entre esses 22 docentes que expressou:

“Sim, amo [participar da FC]! [É] Perfeita! Traz a oportunidade de desenvolver exercícios práticos, os quais suprem a falta de infraestrutura da escola.” (informação verbal de um dos docentes, nº 25, ao ser indagado sobre a Formação Continuada)

E há, também, aqueles docentes que, independentemente de terem sido, ou não, dispensados no ano anterior à FC, chamam a atenção para a forma em que essa vinha sendo ministrada:

“Deveria ser voltada para dinâmica de grupos, voltados para a realidade [da escola]. Vejo [na FC] pessoas com valores antigos, cruéis, racistas... o que vê [na FC] é incompatível à realidade das escolas. Tive que reestruturar tudo! A realidade é totalmente diferente. Elas [as FC] não são específicas... muito superficiais!” (informação verbal de um dos docentes, nº 12, ao ser indagado sobre a Formação Continuada)

“Está sendo colocada como obrigação e poderia ser voltada ao nosso dia a dia, à nossa realidade. [A FC é] Muito superficial... [tem] imposição de horário, obrigação de ir... Não funciona!” (informação verbal de um dos docentes, nº 15, ao ser indagado sobre a Formação Continuada)

“Não é voltada para o trabalho da sala de aula... não condiz com a realidade. Muito voltada para teoria... não centraliza nada! Se não fosse obrigatória, eu não participaria.” (informação verbal de um dos docentes, nº 23, ao ser indagado sobre a Formação Continuada)

“No ano passado, optei por fazer o curso do Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo. [A FC] Não trouxe novidade... gostaria que fosse mais prática, com dança... a mesmice da universidade! Não [é pautada nas necessidades da escola]. É [ministrada] de forma generalizada, voltada para os professores de Teatro, enquanto atores, mas não para as necessidades da escola.” (informação verbal de um dos docentes, nº 28, ao ser indagado sobre a Formação Continuada)

Ressalto que, apesar de estar estabelecida dentro da Política Pública de Educação Brasileira, enquanto garantia de direitos e valorização dos profissionais da área, conforme supracitado, para estimular um maior número de adesão e interesse dos docentes, efetivos ou não, a frequentarem e concluírem algum curso de capacitação ou a própria FC, no Município de João Pessoa, vincula-se uma premiação anual: Programa Escola Nota 10⁸ (PMJP, 2008a). Desta forma, compreendo, como aponta as falas acima citadas de alguns educadores, que participar da FC ofertada pela SEDEC não é algo que se possa opinar, mas sim efetivar: 1º- porque consta como política pública governamental; 2º- porque, ao final de cada ano letivo, as escolas da Rede Pública Municipal de João Pessoa são avaliadas dentro dos critérios do programa municipal de incentivo à elevação dos índices de aprendizagem e qualidade de ensino, concorrendo ao “Prêmio Escola Nota 10⁹”.

Destaco que o Programa premia os funcionários de cada escola com o 14º salário se a unidade escolar atingir o índice de, no mínimo, 50% de excelência educacional e para esta obtenção, a participação, não só, mas também, dos docentes em algum curso de capacitação ou na FC, ou em curso de pós-graduação, ofertado por Instituição de Ensino Superior, é um dos critérios exigidos (PMJP, 2009a). Assim, percebo que são os interesses pessoais – **não educacionais** –, movidos, seja por desejo próprio ou imposição dos gestores escolares ou pressão dos demais colegas de trabalho¹⁰, que acabam sendo os fatores impulsionadores para as inscrições e frequências nas FC ofertadas pela SEDEC.

Intuo, portanto, através da análise parcial das informações prestadas às entrevistas semiestruturadas pela maioria (86,36%) dos docentes efetivos em Artes Cênicas entrevistados, que a FC, ofertada pela SEDEC, é baseada na transmissão de informação, tendo os educadores como receptáculo dessas. Assim, de modo geral, por estarem pautadas na transmissão de conceitos teóricos, desvinculados da realidade das unidades escolares, não atentando para

⁸ O Programa foi instituído pela Lei nº 11.607, de 23 de dezembro de 2008 (PMJP, 2008a).

⁹ O prêmio é regulamentado pelo Decreto nº 6.492, de 17 de março de 2009, no qual foi instituído e normatizado o Índice de Excelência em Educação no Município de João Pessoa (PMJP, 2009a).

¹⁰ A falta de comprovação da conclusão de algum curso de capacitação e ou da frequência na FC, ofertados pela SEDEC ou em cursos de pós-graduação, implica na nota em que as unidades escolares recebem na avaliação para o Prêmio Escola Nota 10 (PMJP, 2009a).

unidade teoria-prática, ou seja, para um dos “princípios que norteiam a base comum nacional para a formação inicial e continuada” (BRASIL, 2015, p. 2), as formações não geram conhecimento e nem atingem seu propósito de manter os educadores capacitados de forma sistemática, a fim de que os mesmos estejam qualificados e atualizados ante as exigências inerentes ao mundo globalizado.

Desta forma, compreendo que, conforme aponta Bondía (2013) e as falas de alguns docentes acima citadas, as capacitações ou formações estão sendo impostas por um sistema de controle político, com base em um discurso que enfatiza que há uma desconexão entre o mundo de hoje, os jovens e a escola; os jovens não estão motivados a permanecer na escola, são todos desinteressados; a escola está atrasada quanto aos seus procedimentos de ensino e aprendizagem, precisa modernizar-se, acompanhar os avanços tecnológicos etc. Pautando-se nesse discurso, as FC são atribuídas para justificar os recursos financeiros gastos, “investidos”, na educação brasileira, de forma redentora, buscando a melhora na qualidade do ensino – o que na prática, não ocorre.

“[A FC é pautada na sua área de concurso?] Não. Tem a formadora... que é muito boa... mas tem muita teoria. Se ganha muito dinheiro em cima disso... finge-se que se ensina e finge-se que se aprende!” (informação verbal de um dos docentes, nº 24, ao ser indagado sobre a Formação Continuada)

Cabe enfatizar que a SEDEC investiu, no ano de 2015, o “valor global **1.040.000,00** (Um milhão e quarenta mil reais) na contratação da Instituição de Ensino Superior ganhadora da concorrência pública para execução da formação continuada dos trabalhadores da educação da Rede Municipal de Ensino” (PARAÍBA, 2015, p. 23, grifo nosso).

No entanto, ante a repulsa à forma com que a FC, ofertada pela SEDEC, vinha sendo – e, segundo este estudo de campo, ainda é – ministrada, espontaneamente, 4 (13,79%) docentes efetivos em Artes Cênicas entrevistados fizeram sugestões da forma com que ela deveria ser ofertada:

“Acho que era para ser o ano todo... planejar aula com a realidade dos alunos, trocar experiência... um diagnóstico [da situação].” (informação verbal de um dos docentes, nº 21, ao ser indagado sobre a Formação Continuada)

“A FC deveria ser com aula prática e a título de uma especialização... sistemática. Não ser uma coisa pontual! Deveria ser voltada para a realidade... sem fantasia! Teoria a gente já sabe. Sonhar é bom! Mas tem que arregaçar as mangas e ir para coisa mais prática.” (informação verbal de um dos docentes, nº 24, ao ser indagado sobre a Formação Continuada)

“Deveria dar a possibilidade de criar um planejamento bimestral... contínuo. Por área [de ensino da arte] e série... de forma coletiva – já que não possui um livro específico para Rede [Municipal de Ensino de João Pessoa].” (informação verbal de um dos docentes, nº 26, ao ser indagado sobre a Formação Continuada)

“Seria interessante a parceria da Prefeitura [Municipal de João Pessoa] com o Bacharelado de Teatro da UFPB [Universidade Federal da Paraíba]. Seria uma forma de reciclar.” (informação verbal de um dos docentes, nº 28, ao ser indagado sobre a Formação Continuada)

Contudo, no tocante às informações acerca da FC ofertada pela SEDEC, apresentadas pelos docentes efetivos em Teatro, os quais prestaram o concurso aberto no ano de 2013, cabe lembrar, conforme supracitado, que essas foram coletadas em duas etapas: a 1ª entre julho e agosto do ano de 2015 e a 2ª em março do ano vigente; devido a necessidade de informações complementares, já que durante a execução da 1ª etapa, esses educadores ainda não haveriam participado da formação por terem assumido seus cargos no início do ano de 2015.

Assim, na 1ª etapa das entrevistas semiestruturadas, foi questionado aos 11 docentes efetivos em Teatro entrevistados as suas expectativas acerca da FC. A tabela abaixo elenca, em porcentagem, as expectativas projetadas para a FC, ofertada pela SEDEC, pelos docentes efetivos em Teatro, entrevistados:

Tabela 2 – **Demonstrativo Porcentual de Expectativas dos Docentes Efetivos em Teatro para a FC ofertada pela SEDEC**

ORDEM	EXPECTATIVA	PORCENTAGEM
1	Não ser voltada para conhecimentos teóricos	100%
2	Dialogar com a realidade da escola e necessidades dos educandos, trazendo possibilidades a serem aplicadas em sala de aula	63,63%
3	Dispensa por estar cursando mestrado ou outro curso ofertado pela SEDEC	36,36%
4	Trocar experiência com os demais colegas	18,18%
5	Ministrante com experiência em teatro e em sala de aula do ensino regular, em nível da educação básica	18,18%
6	Ver coisas novas	9,10%
7	Ser pautada por especificidade de área de atuação (Teatro)	9,10%

Fonte: Elaborada pela autora.

Destaco, conforme análise da tabela acima, o percentual (100%) de rejeição por uma formação voltada para conhecimentos teóricos e a porcentagem (63,63%) de docentes efetivos em Teatro que informaram esperar que a FC dialogasse com a realidade da escola e necessidades dos educandos, trazendo possibilidades aplicáveis em sala de aula. Entretanto, cabe lembrar, conforme supracitado, que 86,36% dos educadores efetivos em Artes Cênicas

declararam que a FC **não se pauta nas necessidades cotidianas da escola, mas em teorias distantes da realidade da sala de aula.**

Porém, para poder analisar, de forma comparativa as expectativas dos docentes efetivos em Teatro com a realidade vivenciada na FC, assim como, também, com as respostas apresentadas, à mesma, pelos docentes efetivos em Artes Cênicas, conforme supracitado, foi aplicada a 2ª Etapa da Entrevista Semiestruturada 2. No entanto, cabe ressaltar que, para a aplicação dessa 2ª Etapa – como mencionado anteriormente, realizada por meio da utilização de redes sociais –, somente 9 docentes efetivos em Teatro foram localizados. Desses: 3 foram dispensados da FC por estarem, na época, cursando mestrado – sendo 1 no PROFARTES.

Assim, pude constatar que dos 6 docentes efetivos em Teatro que frequentaram a FC ofertada pela SEDEC: 3 informaram que suas **expectativas não foram atingidas**, 2 que foram atendidas e 1 que **foram superadas**. Contudo, enfatizo que o único docente efetivo que informou ter sua expectativa superada foi, também, o único a dizer que “o desenvolvimento da mesma foi pautado em questões práticas e voltado para elaboração de um programa educacional comum” para todos os presentes, a ser seguido em sala de aula. Entretanto, devido à sua disponibilidade de horário, o referido educador afirmou ter frequentado a “FC específica para professores de Dança” – reforço que o docente prestou concurso para Teatro.

Enfatizo, portanto, que mesmo que todos os efetivos em Teatro, que frequentaram a FC, ofertada pela SEDEC no ano de 2015, tenham afirmado que ela **se pautou na área para qual eles realizaram concurso** (Teatro), a grande maioria (83,33%) – assim como apontou 86,36% dos docentes efetivos em Artes Cênicas – também, declarou que ela **não é pautada nas necessidades cotidianas da escola, mas em teorias distantes da realidade da sala de aula**. Todavia, cabe destacar as respostas de alguns docentes efetivos em Teatro entrevistados:

“O que percebi é que existem professores com nível de conhecimento muito díspares. Não sei se por isso nivelam a formação por baixo?” (informação verbal de um dos docentes, nº 30, ao ser indagado sobre a Formação Continuada)

“Acho que teve um rumo muito intelectual para algumas pessoas que estavam cheias de textos e livros. Para mim, que estava com cabeça nos estudos, foi bom! Mas tornava-se cansativo porque as atividades eram sempre produções extensas de textos.” (informação verbal de um dos docentes, nº 34, ao ser indagado sobre a expectativa para a Formação Continuada)

“Foi bom conversar com a galera, ouvir novas possibilidades... [São os] Mesmos questionamentos... A formadora é boa, comprometida, mas...” (informação verbal de um dos docentes, nº 36, ao ser indagado sobre a expectativa para a Formação Continuada)

“Pessoas pagam por cursos de aperfeiçoamento. Temos essa oportunidade e não damos valor.” (informação verbal de um dos docentes, nº 37, ao ser indagado sobre a expectativa para a Formação Continuada)

Destaco, ainda, que, não é somente o docente nº 34 que elogiou a ministrante da FC ofertada pela SEDEC, outros 5 educadores efetivos em Artes Cênicas também fizeram o mesmo. Contudo, independente do elogio à formadora, pautando-me nas informações apresentadas pelos docentes efetivos em Artes Cênicas e/ou Teatro, às entrevistas semiestruturadas, notadamente a FC **não atinge a seu propósito de manter os professores capacitados de forma sistemática**, a fim de que os mesmos estejam qualificados e atualizados ante às exigências inerentes ao mundo globalizado e as competências e habilidades para o século XXI. É imprescindível compreender que, “a FC é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional” (LIBÂNEO, 2004, p. 227) – entretanto, a que a SEDEC vem oferecendo, não propicia isso.

CONCLUSÃO

Notadamente, há, ao longo da construção do texto, algumas considerações elencadas. Todavia, não poderia deixar de expor, aqui, mais algumas concepções percebidas durante todo o processo de desenvolvimento deste estudo. No entanto, enfatizo que este escrito não foi projetado nem executado para apontar erros, tampouco soluções. Pretendi, sim, levantar questões sobre as quais pudéssemos – eu e os colegas docentes – refletir acerca das formações continuadas ofertadas para atualização das práticas docentes e da organização escolar através da análise de nossas práxis versus o ideário, estabelecido pelas instâncias normativas educacionais, e, quem sabe, mediante debate de ideias e respeito às divergências, propor novos rumos para o desenvolvimento dos cursos de aperfeiçoamento dentro de nossos contextos educativos.

Diante da apresentação descritiva e analítica dos dados coletados através da aplicação das entrevistas semiestruturadas, os quais possibilitaram o aprofundamento do diálogo acerca da realidade de como se configura as condições para o desenvolvimento do ensino de Teatro nas escolas da Rede Pública Municipal de João Pessoa, ministrado pelos docentes efetivos em Artes Cênicas e/ou Teatro, pude constatar que a FC ofertada pela SEDEC, de modo geral, os comentários foram negativos, pois, pautada na transmissão de informações teóricas, ela fica distante do contexto da realidade das escolas e, assim, não propicia nenhuma ação significativa

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

que faça relação das informações apresentadas à vida cotidiana escolar, ou que permita, aos docentes, uma apropriação destas como conhecimento. Particularmente, parto do princípio que só se capacita, se atualiza aquela pessoa que esteja aberta, disposta e receptível para acréscimos à sua formação inicial. No entanto, uma capacitação pautada na transmissão, no repasse de informações – assim como apontaram os sujeitos entrevistado, acerca da FC ofertada pela SEDEC – não exercerá a sua finalidade.

Compreendendo que são as experiências que possibilitam formações ou transformações e essas podem ocorrer “de um dia para o outro ou no transcurso do tempo”, e, assim sendo, se por experiência concebe-se a ação que nos acontece e nos move, tão significativamente, ao ponto de nos formar e transformar (BONDÍA, 2002, p. 25-26), frequentar a FC ofertada pela SEDEC, torna-se algo sem sentido ou, nas palavras de Bondía (2013), uma **experiência não significativa**. Portanto, o que é ofertado, ou melhor, imposto é uma capacitação desconexa da realidade e necessidades dos docentes efetivos em Artes Cênicas e/ou Teatro e dos cotidianos escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de João Pessoa.

Entretanto, é possível afirmar, com base nos dados coletados, que a FC que vem sendo ofertada é imposta por um sistema hierárquico, no qual as normas estabelecidas pelas instâncias educacionais são empurradas numa escala de “poder governamental”, perpassando, verticalmente, da esfera federal para a estadual e desta para a municipal, na tentativa de que cada governo cumpra com o seu dever. Cabe lembra que a ofertar de FC é dever dos governos e direito dos profissionais da educação, estando garantida nas políticas de valorização dos profissionais da educação: “**a valorização do magistério e dos demais profissionais da educação deve ser entendida como uma dimensão constitutiva e constituinte de sua formação inicial e continuada**” (BRASIL, 2015, p. 15, grifo nosso). Contudo, concluo que a FC ofertada pela SEDEC **não atinge seu propósito maior**: capacitar, de forma sistemática, os profissionais da área de educação para que estes estejam “qualificados e atualizados” com as exigências inerente ao mundo globalizado e, em sendo assim, ofertem um ensino de melhor qualidade, o qual prepare os educandos para a vida, em sua integralidade, enquanto cidadãos. Entretanto, é importante frisar que a oferta de um ensino qualitativamente melhor não está única e exclusivamente vinculada ao papel, ao desempenho dos educadores.

REFERÊNCIAS

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas Sobre a Experiência e o Saber de Experiência. **Revista Brasileira de Educação**, jan/fev/mar/abr, n. 19, 2002. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

_____. **Desafios da Educação**. [15 maio 2013]. Entrevistador: Ederson Granetto. Entrevista concedida a UNIVESP TV. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AzI2CVa7my4>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

_____. A Escola e o Supermercado dos Prazeres. **Boletim UFG**, ano 32, n. 1506, 27 out. 2005. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/boletim/bol1506/quinta.shtml>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 8. ed. atual. Brasília: Edições Câmara, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013a.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução no 2, de 1 de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Brasília, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=sdow_nload&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 02 ago. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

DESGRANGES, Flávio. **A Pedagogia do Espectador**. São Paulo: Hucitec, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. Revisão de Ana Paula Tadeu Massara, Simone Brito de Araújo e Liege Marucci. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção Magistério 2o grau; Série Formação do professor).

PARAÍBA. Prefeitura Municipal de João Pessoa. **Lei no 11.607, de 23 de dezembro de 2008**. Institui o Programa Escola Nota 10 no âmbito do Município de João Pessoa e dá outras providências. João Pessoa: Gabinete do Prefeito, 2008a. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pb/j/joao-pessoa/lei-ordinaria/2008/1160/11607/lei-ordinaria-n-11607-2008-institui-o-programa-escola-nota-10-no-ambito-do-municipio-de-joao-pessoa-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

PARAÍBA. Prefeitura Municipal de João Pessoa. **Decreto no 6.492, de 17 de março de 2009**. Regulamenta a concessão do Prêmio Escola Nota 10, instituído pela Lei Municipal no 11.607, de 23 de dezembro de 2008. João Pessoa: Estação Cabo Branco, 2009a. Disponível em: <http://www.joao Pessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2012/05/decr_6492.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.